

Mensagem de Projeto de Lei n.º 035/2025

Alvorada D'Oeste/RO, 08 de outubro de 2025.

SENHOR PRESIDENTE, SENHORES VEREADORES,

Pelo presente, tenho a honra de submeter à apreciação de Vossas Excelências o incluso **Projeto de Lei que INSTITUI O AUXÍLIO** DESLOCAMENTO RURAL PARA MOTORISTAS DE ÔNIBUS DA ZONA RURAL E MONITORES ESCOLARES NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ALVORADA D'OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O presente Projeto de Lei visa reconhecer e valorizar o trabalho essencial realizado pelos motoristas de transporte escolar e monitores que atuam nas rotas rurais. Estes profissionais enfrentam diariamente desafios adicionais, como longas distâncias.

A concessão de um auxílio específico é uma forma de justiça social, assegurando melhores condições de trabalho e incentivando a continuidade desses profissionais no serviço público.

O auxílio será pago para deslocamentos a partir de 5 Km de distância, com valores variando conforme a distância percorrida.

Este auxílio tem caráter indenizatório, ou seja, não integra a remuneração dos servidores, mas busca compensar os custos adicionais



incorridos em razão do deslocamento do ponto final da rota até a residência do servidor.

Assim, buscamos compensar os custos extras gerados pelo trabalho em área rural.

Sendo o que apresenta para o momento, reitero votos de elevada estima e consideração.

Nestes Termos contando com a compreensão dos nobres pares desta casa de Leis e na certeza do pronto atendimento, subscrevem-nos.

Nobres Vereadores, na certeza do aval de todos, desde já agradecemos.

Cordialmente

JAIR LUIZ

PREFEITO MUNICIPAL



Projeto de Lei 035/2025

INSTITUI O AUXÍLIO DESLOCAMENTO RURAL PARA MOTORISTAS DE ÔNIBUS DA ZONA RURAL E MONITORES ECOLARES NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ALVORADA D' OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Plenário da Câmara Municipal de Alvorada D'Oeste/RO aprovou e eu, **Jair Luiz**, no uso das atribuições legais e regimentais, **SANCIONO** a seguinte **LEI MUNICIPAL**:

LEI

- **Art. 1º.** Fica instituído o Auxílio Deslocamento Rural, a ser pago aos servidores públicos, mesmo que cedidos, de natureza indenizatória, destinado aos motoristas de ônibus que atuam no transporte escolar da zona rural e aos monitores escolares que os acompanham, no âmbito do Município de Alvorada D'Oeste/RO.
- **Art. 2º**. O auxílio previsto nesta Lei tem como objetivo compensar os custos adicionais enfrentados pelos profissionais que atuam em áreas rurais de difícil acesso, contribuindo para a valorização e permanência destes no serviço.
- **Art. 3**°. O pagamento será realizado por servidores que deslocarem no mínimo 05 quilômetros, conforme a seguir:
- I 05 a 15 quilômetros, será pago o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais);



II – 16 a 20 quilômetros, será pago o valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais);

III - Acima de 21 quilômetros, será pago o valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais);

§ 1º O pagamento do auxílio ocorrerá junto à folha de pagamento mensal, com destaque específico em rubrica própria.

Art. 4º. A contagem da distância do deslocamento terá como início no ponto de partida do servidor, localizada obrigatoriamente dentro dos limites do Município de Alvorada D'Oeste, até o ponto final onde o ônibus deverá permanecer ao término da rota diária.

Art. 5°. Farão jus ao benefício os seguintes profissionais:

I - Motoristas de transporte escolar que atuem em rotas situadas predominantemente na zona rural;

II - Monitores escolares que acompanham diariamente o transporte de alunos em rotas rurais.

Art. 6°. Para fins de concessão do benefício, será necessário:

- I Estar no exercício regular da função;
- II Apresentar comprovação de atuação em rotas rurais, por meio de documentação expedida pela Secretaria Municipal de Educação ou setor competente, o qual deverá constar a distância percorrida pelo servidor.
- **Art.** 7°. O valor do auxílio não tem natureza salarial, não se incorporando à remuneração para quaisquer efeitos legais, inclusive para cálculo de férias, 13° salário, aposentadoria ou pensão.

Art. 8°. O pagamento do auxílio deslocamento será proporcional ao número de

dias efetivamente trabalhados.

§ 1º Não serão pagos os dias em que o servidor faltar ou se afastar do serviço por

qualquer motivo.

Art. 9°. A concessão e o controle do auxílio deslocamento rural serão de

responsabilidade da Secretaria de Educação, que deverá manter um cadastro

atualizado dos servidores beneficiados, realizando a verificação periódica das

condições de elegibilidade e do cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta

Lei.

Art. 10°. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de

dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 11°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas

as disposições em contrário.

Alvorada D'Oeste/RO, 08 de outubro de 2025.

JAIR LUIZ

PREFEITO MUNICIPAL